

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Assessor Jurídico

1 – Sobre o princípio da moralidade administrativa, analise as assertivas abaixo:

I – A Administração Pública deve praticar seus atos administrativos não só em observância estrita à lei mas também à moral;

II – A moral administrativa é a mesma moral comum, não havendo que se falar em diferenças entre ambas;

III – É requisito de validade do ato administrativo que o mesmo seja praticado conforme a lei e que não seja imoral.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas a I está correta;

B) A I e II estão corretas;

C) Apenas I e III estão corretas;

D) As assertivas I, II e III estão corretas.

2 – Acerca dos princípios orientadores da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

A) A Administração Pública não pode criar obrigações ou reconhecer direitos que não estejam determinadas ou autorizadas em lei.

B) A conduta administrativa com motivação estranha ao interesse público caracteriza desvio de finalidade ou desvio de poder.

C) Considerando o princípio da supremacia do interesse público, verifica-se que ao Administrador é dado renunciar total ou parcialmente os poderes ou competências que lhe são inerentes, não necessitado de autorização legal para fazê-lo.

D) Além de requisito de eficácia dos atos administrativos, a publicidade propicia o controle da administração pública pelos administrados.

3 – Sobre a Lei 11.107/2005 que rege os Consórcios Públicos, analise as assertivas abaixo:

I – Os consórcios públicos formados por Municípios para atendimento de objetivos comuns poderá revestir-se de natureza jurídica de Direito Privado;

II – O ato constitutivo do consórcio público será o contrato subscrito pelos entes públicos que integram o consórcio;

III – O protocolo de intenções é o instrumento prévio ao contrato, sendo que, de fato, são instrumentalizados no mesmo documento, apenas alterando-se o *nomen iuris* em decorrência da circunstância de ser o protocolo de intenções ratificado por lei;

IV – O consórcio público adquire personalidade jurídica de direito público a partir da data de início da vigência da lei de ratificação do contrato firmado entre os entes consorciados.

Assinale a alternativa correta:

A) Todas as alternativas estão corretas;

B) Todas as alternativas estão incorretas;

C) Somente a alternativa I está incorreta;

D) Somente a alternativa IV está incorreta.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Assessor Jurídico

4 – Sobre consórcios públicos de Municípios, analise as assertivas abaixo:

I – Os Municípios consorciados podem entregar livremente recursos ao consórcio, a fim de que este possa realizar as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos para que foi criado;

II - O consórcio com personalidade jurídica de direito público será considerado órgão público de todos os Municípios consorciados para todos os fins de direito;

III – O consórcio público deve se submeter à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

IV - Independe de aprovação em lei a alteração ou extinção do contrato de consórcio público.

Assinale a alternativa correta:

- A) Está correto o que se fala no item I apenas;
- B) Estão corretos os itens I, III e IV tão somente;
- C) Está correto o item III e IV;
- D) Somente o item III está correto.

5 – Os consórcios públicos de Municípios podem, em conformidade com a Lei nº 11.107/2005:

A) Firmar convênios com órgãos do governo, mas não podem ser contratados por estes;

B) Ser contratados pelos entes consorciados, sendo que a Lei nº 8666/1993, que trata da Lei Geral de Licitações, prevê expressamente que a contratação de consórcio público pela Administração Pública pode se dar por processo de dispensa de licitação no caso de contrato de programa;

C) Realizar desapropriações e instituir servidões, dispensada a declaração de utilidade ou necessidade pública pelo Poder Público;

D) Todas estão corretas.

6 – Nos termos do Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015, é correto:

A) Uma vez deduzida em juízo a tutela cautelar em caráter antecedente, efetivada a tutela requerida, o pedido principal deve ser formulado pelo autor no prazo de 30(trinta) dias nos mesmos autos em que deduzido o pedido cautelar;

B) O indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente obsta a formulação do pedido principal;

C) Em se tratando de tutela cautelar, não poderá o autor deduzir o pedido desta em conjunto com o pedido principal;

D) Todas estão incorretas.

7 – De acordo com o Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015, assinale a alternativa correta:

A) Da decisão que julgar liminarmente improcedente o pedido deduzido em juízo poderá ser interposto o recurso de apelação, sendo possível ao juiz, antes de remeter o recurso ao tribunal, retratar-se em até 10 (dez) dias;

B) Poderá haver o julgamento liminar do processo, antes mesmo da citação do réu, quando o pedido contrariar enunciado sumular do STF ou do STJ;

C) Não existem mais as chamadas “preliminares ao mérito” em sede de contestação segundo o Novo CPC, pois toda a matéria de defesa deve ser deduzida como de mérito;

D) Todas estão corretas.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Assessor Jurídico

8 – Sobre as normas constitucionais aplicáveis à Administração Pública, analise as assertivas abaixo:

I – Os consórcios públicos devem observar as regras constitucionais estabelecidas para a Administração Pública, notadamente quanto ao concurso público, licitações e observância dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública;

II - O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período;

III - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, abrangido aqui as autarquias;

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas estão corretas;
- B) Somente estão corretas as assertivas I e III;
- C) Somente está correta a assertiva I;
- D) Todas as assertivas estão incorretas.

9 – As garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, são asseguradas aos acusados nos processos:

- A) Judiciais cíveis e criminais;
- B) Judiciais de natureza criminal tão somente;
- C) Judiciais e administrativos;
- D) Judiciais e também os administrativos quando estes versarem sobre a demissão de servidor público.

10 – Presidente de consórcio público do qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio do consórcio. A anulação do ato pode ser pleiteada:

- A) em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País;
- B) em ação popular proposta por qualquer cidadão;
- C) apenas pelos que foram prejudicados pelo ato;
- D) em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

11 - Em relação ao direito à probidade e à moralidade da Administração Pública a Constituição Federal estabelece uma garantia:

- A) habeas corpus;
- B) habeas data;
- C) ação popular;
- D) mandado de injunção.

12 – São instrumentos de garantia dos direitos coletivos:

- A) o mandado de segurança coletivo e a sindicalização;
- B) o direito de greve e a ação popular;
- C) o mandato de segurança coletivo, o mandado de injunção coletivo e a ação popular;
- D) o mandado de segurança coletivo e a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Assessor Jurídico

13 – Os Tribunais e os respectivos Órgãos Especiais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público:

- A) por maioria simples;
- B) por maioria absoluta;
- C) por maioria qualificada;
- D) por unanimidade dos membros.

14 – Não é legitimado para propor ação de inconstitucionalidade perante o STF:

- A) O Presidente da República;
- B) A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado;
- C) O partido político com representação o Congresso Nacional;
- D) A entidade de classe de âmbito municipal ou estadual.

15 – Conforme a Lei nº 8.666/1993, não se considera serviço técnico profissional especializado:

- A) Assessorias ou consultorias técnicas;
- B) fiscalização de obras;
- C) patrocínio de causas judiciais;
- D) serviços de reforma.

16 – Analise as assertivas abaixo:

I – Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento do procedimento licitatório, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

II – É vedado o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.

As assertivas acima dizem respeito aos princípios da:

- A) probidade e adjudicação compulsória;
- B) publicidade e igualdade;
- C) vinculação ao instrumento convocatório e isonomia;
- D) publicidade e legalidade.

17 – Em relação ao sistema de nulidades adotado no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- A) Toda e qualquer nulidade é passível de declaração *ex officio*;
- B) A nulidade não será pronunciada quando suscitada por quem lhe deu causa;
- C) A nulidade decorrente da incompetência territorial somente será declarada se houver provocação da parte;
- D) Se for possível suprir a falta do ato ou ordenar sua repetição, o juiz não decretará a nulidade.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Assessor Jurídico

18 – De acordo com a CLT o procedimento sumaríssimo:

- A) Poderá ser aplicado nas demandas em que é parte a Administração Pública autárquica e fundacional;
- B) Será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação;
- C) Será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação;
- D) Terá todas as provas produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

19 – Sobre a prática de atos processuais no processo do trabalho, assinale a opção correta:

- A) As férias coletivas dos ministros do TST interrompem os prazos processuais;
- B) Presume-se recebida a notificação 48 horas após sua postagem, cabendo ao destinatário fazer prova quanto ao seu não-recebimento ou sua entrega após o decurso desse prazo;
- C) A intimação endereçada à parte, quando feita em endereço diverso do indicado na contestação, mas por ela recebida, torna inválido o ato praticado;
- D) Quando a parte for notificada no sábado, a contagem do prazo se inicia na segunda-feira subsequente.

20 – Em relação ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a alternativa ERRADA:

- A) Tal como ocorre no procedimento ordinário, as partes tem 8(oito) dias para recorrer;
- B) Tal como ocorre no procedimento ordinário, o prazo para contestação é de 20 (vinte) minutos;
- C) Tal como ocorre no procedimento ordinário, a exceção de suspeição deve ser instruída e julgada em 24 (vinte e quatro) horas;
- D) Aplica-se, igualmente aos dissídios individuais plúrimos, cujo valor não exceder 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente ao tempo do ajuizamento da ação.